

ARTIGO

O QUE DEVE TER O PROCESSO?



Olá nobre colega, fico feliz em chegar mais um dia ao seu lado, podendo colaborar com o seu entendimento acerca de como funciona o Poder Judiciário e acerca das melhores formas de alcançar os seus direitos e garantias.

Seguindo os artigos anteriores, este é o último da série sobre como se formam os processos, já vimos sobre como os processos devem ser iniciados (em uma análise geral), bem como sobre como estes adentram no Fórum até chegar à mesa do juiz que julgará a causa. Por fim, trataremos hoje acerca do que deve haver dentro do processo.

Ao analisar o processo, o juiz conferirá se a petição inicial (peça processual que dá início ao processo) contém alguns requisitos, os quais estão contidos no artigo 319 do Código de Processo Civil, sendo alguns deles: qualificação das partes, a descrição dos fatos que levaram ao conflito de interesses, com os devidos fundamentos de direito em que se firma o pedido, valor da causa, provas de que se pretende demonstrar o ocorrido, além de demonstrar se há interesse em audiência para tentativa de conciliação.

Na ausência de qualquer dos requisitos anteriores, será determinado pelo juiz que o advogado realize uma emenda à petição inicial (nada mais é que uma determinação para que o advogado reforme a petição inicial, a fim de sanar as irregularidades). Contudo, se o autor não cumprir com as determinações, o juiz poderá indeferir (não considerar) o pedido inicial, sendo que o pedido não será apreciado nesta hipótese.

Após análise, estando todo o processo em conformidade com os requisitos acima dispostos, a petição inicial será considerada como “recebida” pelo juízo, ou seja, aqui o juiz passará a análise dos pedidos.

Via de regra, uma tendência dos tribunais é que seja designada uma audiência de conciliação para com o requerido e o requerente, a fim de que estes componham um acordo, acordo este que tem validade de sentença judicial e está em conformidade com a vontade de ambas as partes e encerrando o processo.

Caso não haja acordo nesta audiência de conciliação, a parte requerida poderá oferecer uma contestação, esta é uma defesa processual garantida à todos, com base no princípio do contraditório e da ampla defesa, conforme dispõe o artigo 335, inciso I do Código de Processo Civil, no prazo de 15 dias a partir da audiência de conciliação.

Daqui em diante o juiz analisará os pedidos formulados e as necessidades processuais, proferindo decisões e despachos que darão os próximos andamentos ao processo, até que este chegue na fase de ser aplicada a sentença pelo juiz.

E desta forma, encerramos esta série de artigos, a qual concluímos e passamos a compreender de forma ampla e genérica, sobre como os processos se iniciam e se encerram.

Erick Matheus Rabelo Nogueira, 20 anos, estudante do curso de Direito, estagiário na segunda vara cível, no Fórum da comarca de Tangará da Serra/MT.

Sem posicionamento

Reforma

Devido ao acionamento ao Ministério Público em relação aos buracos nas vias de Tangará, o secretário da Sinfra, José Bernadino, chegou a ser procurado pela imprensa para se posicionar sobre a situação. Porém, Bernadino informou que só irá se pronunciar após manifestação do MP.

Por essas e outras atitudes ou a falta de ação de parte de alguns secretários, informações que circulam nos corredores da prefeitura é que o prefeito Fábio fará assim que voltar de suas férias uma reforma em seu Staff, embora a possibilidade não seja confirmada pelo chefe do Executivo.

CURTAS

DA REDAÇÃO
COM EQUIPE

Falta de verba afeta unidades da Apae do Estado

A falta de repasse e a insegurança se haverá ou não apoio do governo agora com Mauro Mendes está causando uma crise sem precedente junto as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) de Mato Grosso. Em Tangará da Serra, a Apae já comunicou aos pais que deve demitir funcionários e parar o transporte escolar. O motivo é a falta de repasse do governo de Mato Grosso. O dinheiro para manter o atendimento nesse ano ainda não chegou. Em Barra do Garças, a entidade não recebe apoio do governo do estado desde junho do ano passado e por causa disso teve que demitir sete funcionários. Em Alta Floresta, a Apae também pode parar. A Federação das Apaes em Mato Grosso informou que aguarda negociações com o governo para a liberação de recurso.



Vacinação

A Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza começa nesta quarta-feira, 10, em Mato Grosso. Foram entregues aproximadamente 350 mil doses, que representam 40% do total previsto, aos municípios mato-grossenses. A campanha foi antecipada em virtude do aumento de casos no país.

Magistrados

Dois juízes de MT participam de simpósio realizado na Universidade de Direito de Harvard, nos Estados Unidos. Os magistrados da de Chapada dos Guimarães, Leonísio Salles de Abreu e de Jaciara, Valter Fabrício Simioni, foram selecionados pelo Fórum Nacional da Mediação e Conciliação.

Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, subiu para 0,75% no mês de março deste ano. No mês de fevereiro, a taxa havia sido de 0,43%. A taxa também ficou acima do 0,09% no mês de março do ano passado.

BASTIDORES DA POLÍTICA

Revolta

Novela antiga em Tangará da Serra, os inúmeros buracos espalhados pelas ruas e avenidas geram cada dia mais revolta na população. É difícil os condutores não caírem em algum buraco, pois praticamente todas as ruas contam com o problema de falta de manutenção.

Tapa-buraco?

Mesmo com a Secretaria de Infraestrutura (Sinfra) afirmando que a operação tapa-buracos é constante em Tangará da Serra, o que se vê em praticamente todas as ruas e avenidas são buracos espalhados, alguns de grandes proporção que causam até mesmo acidentes.

Ministério Público

Cansado e sem respostas do Poder Executivo, o vereador Professor Sebastian Ramos acionou o Ministério Público (MP) para que o problema seja efetivamente solucionado. O parlamentar enviou um ofício à Promotoria, sugerindo intervenção do MP, que é considerado o fiscal da lei.

Flexibilização vai gerar empregos

Ronaldo Quintão (PP) visitou ontem o secretário municipal de Indústria e Comércio, Wellington Bezerra, quando entregou a ele cópia do PLC 01/19 que flexibiliza o horário do comércio em Tangará da Serra. O secretário manifestou seu apoio ao projeto e disse ter certeza que o resultado será a geração de empregos na cidade. Bezerra lembrou que já existem na cidade grandes empresas com horário diferenciado como Havan, Shopping e Atacadão, que contratam mais funcionários justamente por conta do regime de escalas.

